



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RPPS

EXERCÍCIO DE 2023

Elaborado por:

Diego da Silva Carioca – Controlador Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana – IPREV Mariana.

MARIANA/MG
Março/2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. GESTORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS	5
3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.	6
4.1. Execução do orçamento	8
4.2. Demonstrativo da Receita arrecadada e a Despesa realizada	10
4.3. Taxa de Administração	11
4.4. Créditos adicionais	12
4.5. Reserva orçamentária	12
5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA	12
5.1. Balanço Financeiro	13
5.2. Disponibilidade de Caixa	14
6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL	14
6.1. Balanço Patrimonial	14
6.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais	16
6.3. Inventário geral analítico	17
7. ANÁLISE DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	17
8. AVALIAÇÃO DO DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	18
9. INFORMAÇÃO DO VALOR DE DÉFICIT DO RPPS	18
10. CERTIFICAÇÃO A CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS E CRÉDITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO COM AS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA APRESENTADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO	19
11. AVALIAÇÃO ATUARIAL	19
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO AOS ARTS. 71 E 81 DA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022	20
13. INFORMAÇÕES SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS SEGURADOS DO RPPS	21



14. IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL CONTRIBUTIVO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO	21
15. PLANO DE AMORTIZAÇÃO	22
16. COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SOBRE APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO RPPS.....	23
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos arts. 31 e 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; Lei n. 4.320/1964, Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se o Parecer Técnico Conclusivo da Unidade de Controle Interno do IPREV Mariana sobre as Contas Anuais de Gestão, exercício 2023, do referido RPPS.

O Controle Interno durante o exercício financeiro de 2023 desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais.

Basicamente o sistema atuou através da sistemática de informar e fazer orientações quanto aos procedimentos, observância dos princípios de controles internos, emissão de pareceres em processos de benefícios previdenciários, pareceres nos processos de contratações públicas, elaboração de relatório mensal de acompanhamento das áreas do RPPS, fiscalização do cumprimento das normas legais, dentre outras.

2. GESTORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS

DADOS DO RPPS	
CNPJ:	30.317.936/0001-01
Endereço/CEP:	Rua Santa Cruz, nº 28 – Barro Preto / 35.424-176
Fones:	(31) 3558-5211
E-mail:	contato@iprevmariana.mg.gov.br
Horário de funcionamento:	08 h às 17 h

DIRETORA PRESIDENTE	
Nome:	Elizangela Sara Lana
CPF:	937.982.296-00
E-mails:	presidencia@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2023 a 31/12/2023

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	
Nome:	Natalia Clarice de Araújo Batista
CPF:	063.630.446-93
E-mails:	diretoriaadmfinanceira@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2023 a 31/12/2023

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA	
Nome:	Crislaine Aparecida Lourenço
CPF:	054.008.986-96
E-mails:	beneficios@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2023 a 31/12/2023

CONTADOR	
Nome:	Sula Paula da Silveira Costa
Inscrição CRC:	MG 102033/O-4
CPF:	050.164.696-52
E-mails:	contabilidade@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Portaria nº 100/2021
Período:	01/01/2023 a 31/12/2023

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
Nome:	Diego da Silva Carioca
CPF:	097.724.366-47
E-mails:	controleinterno@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2023 a 31/12/2023

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA – Plano Plurianual a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quadro 1 – Avaliação do Cumprimento das Ações e Metas 2023

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS – EXERCÍCIO 2023							
AÇÕES/METAS PREVISTAS	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO(R\$)	REALIZADO(R\$)
8.011 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IPREV	X		X			2.794.500,00	1.948.460,90
8.012 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO IPREV	X		X			24.800.000,00	24.012.885,24
8.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS	X		X			174.000,00	73.737,55

AValiação do CUMPRIMENTO DE METAS – EXERCÍCIO 2023

AÇÕES/METAS PREVISTAS	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO(R\$)	REALIZADO(R\$)
CONSELHOS DO IPREV							
8.013- INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	X		X			2.500,00	1.540,00
8.015 – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	X		X			30.000,00	2.678,40
8.016 – IMPLANTAÇÃO DO PRO-GESTÃO RPPS – IPREV	X		X			34.000,00	0,00
8.014 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS COM RECURSO DO TESOURO	X		X			173.000,00	152.091,68
8.017 – IPREV ITINERANTE	X		X			27.000,00	0,00
8.018- CAFÉ COM APOSENTADOS	X		X			20.000,00	11.500,00
TOTAL						28.055.000,00	26.202.893,77

FONTE: Comparativo da despesa autorizada com a realizada – Sistema Contábil Betha (IPREV 2023)

As ações desenvolvidas pelo RPPS no exercício de 2023 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de benefícios previdenciários, atividades administrativas e dos conselhos e a promoção da Educação Previdenciária.

As ações do IPREV ITINERANTE aconteceram sem dispêndio de recursos financeiros e contou com a participação e execução da equipe do IPREV MARIANA o que justifica a despesa não realizada em comparação com o previsto nos instrumentos de planejamento para este exercício. Em relação ao Pró Gestão RPPS, sua implantação ocorreu no exercício de 2021 e para sua manutenção não houve a necessidade de dispêndio de recursos no ano de 2023. A previsão de gastos com a implantação/manutenção do Pró Gestão está prevista para o ano de 2024.

4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A avaliação da gestão orçamentaria tem o objetivo de verificar o desempenho orçamentário a partir das perspectivas da eficiência, eficácia, efetividade e do planejamento.

4.1. Execução do orçamento

Verifica-se a partir do demonstrativo abaixo, que a Lei Orçamentária anual n° 3.657 de 22 de dezembro de 2022, estimou uma receita de R\$ 46.527.000,00 (quarenta e seis milhões e quinhentos e vinte e sete mil reais) e fixou uma despesa no montante de R\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil reais) para o exercício de 2023.

Quadro 2 - Orçamento 2023

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA (R\$)	VALOR (R\$)
Total de Receitas Correntes	21.682.000,00	Despesas correntes	28.010.000,00
-	-	Despesas de capital	45.000,00
-	-	Reserva de Contingência	18.645.000,00
Receita Intra Orçamentária	24.845.000,00	-	-
		-	-
TOTAL	46.527.000,00	TOTAL	46.700.000,00

FONTE: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Sistema Contábil Betha (IPREV 2023)

O Balanço Orçamentário, elaborado em conformidade com a Lei n° 4.320/1964 e alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sua estrutura evidência a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. Demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, que são detalhadas em níveis relevantes de análise, por meio do confronto entre o orçamento inicial e suas alterações com a execução orçamentária, demonstrando, assim, o resultado orçamentário, conforme se verifica no “Quadro 3”, a seguir.

Quadro 3 – Balanço Orçamentário

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO d = (c-b)
Receitas Correntes	46.527.000,00	46.527.000,00	40.054.634,44	- 6.472.365,56
Sub-total	46.527.000,00	46.527.000,00	40.054.634,44	- 6.472.365,56
Déficit	173.000,00	173.000,00	-	-
TOTAL GERAL	46.700.000,00	46.700.000,00	40.054.634,44	- 6.645.365,56

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Corrente	24.510.000,00	28.010.000,00	26.192.700,17	26.188.600,17	26.153.080,44	1.817.299,83

Despesa de Capital	45.000,00	45.000,00	10.193,60	10.193,60	10.193,60	34.806,40
Reserva de Contingencia	22.145.000,00	18.645.000,00	0,00	0,00	0,00	18.645.000,00
SUB TOTAL	46.700.000,00	46.700.000,00	26.202.893,77	26.198.793,77	26.163.274,04	20.497.106,23
Amortização da Dív. Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub total com refinanciamento	46.700.000,00	46.700.000,00	26.202.893,77	26.198.793,77	26.163.274,04	20.497.106,23
Superávit	-	-	13.851.740,67	-	-	-13.851.740,67
TOTAL	46.700.000,00	46.700.000,00	40.054.634,44	26.198.793,77	26.163.274,04	6.645.365,56

FONTE: Balanço Orçamentário – Sistema Contábil Betha (IPREV 2023)

O valor atualizado da receita orçada para o exercício de 2023 foi de R\$ 46.527.000,00 e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 40.054.634,44, apurando-se uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ -6.472.365,56, obtendo um déficit da receita.

O Balanço Orçamentário demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, ou seja, R\$ 26.202.893,77 sendo desse total, R\$ 26.198.793,77 liquidadas e R\$ 26.163.274,04 pagas.

Identifica-se pelo demonstrativo uma diferença no valor de R\$ 39.619,73, referente as despesas empenhadas e não pagas no encerramento do exercício. O montante de 39.619,73 corresponde as despesas com os credores (Comercial Jorc LTDA, Chá de Casa Nova Mariana LTDA, Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários, OI S/a, Companhia Itabirana de Telecomunicações LTDA, Cleusa da Silva Gomes, DATAPREV S/A e Secretaria da Receita Federal do Brasil/PASEP) que foram empenhadas e não percorreram a fase de pagamento no exercício de 2023.

Observa-se através do demonstrativo que as despesas do RPPS possuem uma previsão orçamentária maior no montante de R\$ 173.000,00, considerando que são fichas de recursos ordinários da Prefeitura, destinada a custear despesas com pessoal inativo pago pelo RPPS com recursos do tesouro do município.

Também compõem o balanço orçamentário dois quadros demonstrativos de execução de Restos a Pagar, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, sendo o

montante de R\$ 36.384,13 (Restos a Pagar processados e não processados). Refere-se as despesas com os credores (Folha de pagamento, Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários, Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Rafaela Mendes Reis (estagiária) Correios, OI S/A, Secretaria da Receita Federal do Brasil, BRF S/A e outros).

Não constam valores nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento, tendo em vista a não movimentação de tais contas.

No exercício de 2023, também foram pagas obrigações tributárias referentes ao PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

4.2. Demonstrativo da Receita arrecadada e a Despesa realizada

Apresenta-se o quociente resultante da relação entre Receita arrecada e a Despesa realizada, a partir do demonstrativo abaixo.

Quadro 4 – Receita arrecadada x Despesa realizada

RECEITA		DESPESA	
Receitas correntes	15.082.492,44	Despesas Correntes	26.192.700,17
Receita corrente Intra orçamentária	24.972.142,00	Despesa Corrente Intra Orçamentária	0,00
Receita de Capital	0,00	Despesa de Capital	0,00
Transferências financeiras	0,00	Superávit	13.861.934,27
TOTAL	40.054.634,44	TOTAL	40.054.634,44

FONTE: Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo Categorias Econômicas – Sistema Betha (IPREV 2023)

Quociente de Resultado Orçamentário

$$\frac{\text{Receita arrecada}}{\text{Despesa realizada}} = \frac{40.054.634,44}{26.192.700,17} = 1,53$$

O quociente resultante da relação entre a Receita realizada e Despesa empenhada, indica a existência de superávit ou déficit. Assim, a partir do demonstrativo acima verificou-se que o resultado da divisão da receita realizada pela despesa empenhada foi maior que “1”, o que indica a existência de “superávit” orçamentário de execução.

O registro, no aspecto orçamentário e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/1964, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, levando em consideração o Plano de Contas aplicado ao setor público devidamente relacionado com as contas de receitas e

despesas, sendo para as receitas as rubricas devidamente codificadas e para as despesas o relacionamento com os órgãos, unidades, dotações orçamentarias e fontes de recursos.

4.3. Taxa de Administração

Conforme determina a Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho nº 19.451/2020, e a Lei Complementar Municipal nº 207/2021, foi observado o limite máximo da taxa de administração que é de 3,6% (três vírgula seis por cento), considerando o Pró Gestão RPPS, aplicados sobre o total da remuneração de contribuição de todos servidores ativos vinculados ao RPPS relativo ao exercício financeiro anterior.

Em atendimento as normas aplicáveis, as despesas custeadas com a Taxa de Administração, observam as orientações emanadas e são todas aquelas despesas necessárias para o funcionamento do RPPS, como despesa com pessoal, prestação de serviços, compras, PASEP, capacitação e outras.

Quadro 5 – Demonstrativo do Cálculo da Taxa de Administração

BASE DE CÁLCULO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$
Remuneração, proventos dos segurados - Município	95.767.343,93
Remuneração, proventos dos segurados – Câmara Municipal	304.769,10
Remuneração, proventos dos segurados – SAAE MARIANA	3.593.896,70
Remuneração, proventos dos segurados – IPREV Mariana	449.978,30
A) TOTAL BASE DE CÁLCULO	100.115.988,03
B) VALOR LIMITE PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS (3,6%)	3.604.175,57
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Vencimento e vantagens fixa – Despesas com Pessoal	806.386,69
Obrigações Patronais	114.698,97
Diárias - Pessoal Civil	62.765,24
Material de Consumo	9.008,81
Passagens e Despesas com Locomoção	58.609,27
Serviços de Consultoria	42.027,91
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	172.073,10
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	269.179,67
Auxílio Alimentação	85.370,48
Obrigações Tributárias e Contributivas	363.530,57

Despesas de Exercício Anteriores	0,00
Indenizações e Restituições	4.452,81
Equipamentos e Material Permanente	10.193,60
C) VALOR TOTAL DAS DESPESAS	1.998.297,12
D) VALOR LIMITE TOTAL PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.604.175,57
SITUAÇÃO	REGULAR
% REAL APLICADO EM DESPESA ADMINISTRATIVA	2,00

FONTE: Relatório da Taxa de Administração e Balancete de Despesa.

No exercício de 2023 o valor calculado para a Taxa de Administração foi de R\$ **3.604.175,57**, sendo que o valor utilizado foi de **R\$ 1.998.297,12**. Nesse sentido, a partir do limite total fixado em 3,6% para as despesas administrativas foi utilizado o percentual de aproximadamente 2,00% em despesa administrativa.

4.4. Créditos adicionais

No exercício financeiro de 2023 foram autorizados créditos suplementares que somaram o valor de R\$ 3.875.000,00.

4.5. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária de contingência constituída para o exercício financeiro de 2023 foi utilizada para suplementação de ficha para pagamento de benefícios no exercício.

A reserva orçamentária representa os recursos previstos pelo RPPS na Lei Orçamentária Anual – LOA, que não serão aplicados no respectivo exercício. Assim, a reserva orçamentária corresponde ao superávit orçamentário do RPPS para determinado período, cuja finalidade é suportar os déficits futuros.

5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

Em atendimento ao artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 foi estabelecido a “programação financeira e o cronograma mensal de desembolso” trinta dias após a publicação da LOA. Esse cronograma é considerado um instrumento de acompanhamento, pois visa estabelecer o equilíbrio entre o fluxo provável dos recursos financeiros e a necessidade de atendimento das despesas já fixadas no orçamento.

5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, ocorridos no exercício financeiro de 2023, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese a execução financeira no exercício de 2023 se processou como segue no quadro abaixo:

Quadro 6 – Execução Financeira

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2023			
INGRESSOS R\$		DISPÊNDIOS R\$	
Orçamentários	40.054.634,44	Orçamentários	26.202.893,77
Extra Orçamentários	6.951.123,18	Extra Orçamentários	6.943.912,75
Transferências financeiras Recebidas	174.165,96	Transferências financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	38.529.191,95	Interferências Financeiras	167.625,33
Saldo do Exercício Anterior	297.848.915,38	Saldo para o Exercício Seguinte	350.243.599,06
TOTAL	383.558.030,91	TOTAL	383.558.030,91

FONTE: Balanço Financeiro – Sistema Contábil Betha (IPREV 2023)

Ao verificar os procedimentos relativos à execução financeira do exercício de 2023, verificou-se que as receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência; o processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais; as conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente; foram realizadas as retenções devidas, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra-orçamentária e o recolhimento efetuado dentro da regularidade e as aplicações financeiras obedeceram às normas legais.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

$$\frac{\text{Saldo para o exercício seguinte}}{\text{Saldo do exercício anterior}} = \frac{350.243.599,06}{297.848.915,38} = 1,17$$

Ademais, por meio da relação do saldo que passou para o exercício seguinte em confronto com o saldo do exercício anterior foi possível evidenciar o resultado do exercício

financeiro, onde verificou-se "superávit financeiro". Considerando que se o resultado for igual a "1" demonstra equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos do período. Caso o resultado seja maior do que "1", demonstra um "superávit" financeiro, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos do exercício. Se menor do que "1", o saldo que passa para o exercício seguinte é menor do que o saldo anterior. Essa hipótese evidencia a ocorrência de um "déficit" financeiro, isto é, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício.

5.2. Disponibilidade de Caixa

Verificou-se que no exercício de 2023 as disponibilidades de caixa do RPPS foram aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido realizadas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e alinhado com as demais normas aplicáveis, demonstra a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultante da gestão econômica do RPPS e evidencia os aspectos qualitativos e quantitativos do Patrimônio no final do exercício financeiro.

6.1. Balanço Patrimonial

A partir da análise do Balanço Patrimonial evidenciou-se a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhamento conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2023			
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
Circulante	356.093.149,10	Circulante	38.967,18
Não circulante	229.006.499,98	Não circulante	1.140.236.712,97
-	-	Patrimônio Líquido	-555.176.031,07
TOTAL	585.099.649,08	TOTAL	585.099.649,08

FONTE: Balanço Patrimonial – Sistema Contábil Betha (IPREV 2023)

Ativo

São recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Ativo Financeiro

Conforme evidência objetiva e verificação efetuada a partir do demonstrativo, em 31/12/2023, não constam valores em Caixa (disponibilidade de valores em espécie). Igualmente verificou-se que os saldos dos bancos e aplicações financeiras conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2023.

Ativo Permanente

Os saldos dos Bens Móveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2023.

Passivo

São obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade as saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômico ou potencial de serviços.

Passivo Financeiro

Os saldos dos restos a pagar e dos depósitos correspondem à dívida de curto prazo do RPPS em 31/12/2023.

Passivo Permanente

O saldo da provisão matemática em 31/12/2023 corresponde ao valor apurado no Cálculo Atuarial.

Patrimônio Líquido

É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O Valor do Patrimônio Líquido de **R\$ (555.176.031,07)** comprova que o Passivo Patrimonial superou o Ativo no referido montante. O resultado apurado indica um passivo a descoberto, em razão do valor das provisões matemáticas prevista no Cálculo Atuarial

superar o valor do ativo auferido no exercício de 2023. Não representa uma perda no patrimônio, mas uma projeção futura.

6.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais

A demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente, demonstradas por meio de resultados das classes 3 e 4 do Plano de Contas aplicado ao setor público.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (classe 4) e diminutivas (classe 3). O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Quadro 8 – Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
Contribuições Sociais	40.067.585,57	Pessoal e encargos	795.408,82
-	-	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.248.112,96
Remuneração de Dep. Bancários e Aplic. Financeiras	223.444,55	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	694.522,87
Transferências Intragovernamentais	174.165,96	Transferências e Delegações concedidas	69.705,47
Reavaliação de Ativos	38.529.191,95	Desvalorização e perda de ativos e incop. De passivos	829,25
Reversão de provisões e ajustes de perdas	57.734.352,31	Tributárias	400.546,35
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	62.799,27	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	204.547.161,41
		Resultado Patrimonial do Período	-93.964.747,52
TOTAL GERAL	136.791.539,61	TOTAL	230.756.287,13

FONTE: Demonstrativo das Variações Patrimoniais – sistema contábil Betha (IPREV 2023)

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro.

Verifica-se a partir da análise do demonstrativo que as variações patrimoniais aumentativas mais significativas estão especificadas em Contribuições Sociais, que se trata da soma das contribuições dos servidores e patronal, totalizando o montante positivo

de R\$ 40.067.585,57 e também no montante de R\$ 57.734.352,31 (Reversão de provisões e ajustes de perdas,) referente aos resultados positivos em outras variações patrimoniais aumentativas.

As variações patrimoniais diminutivas mais significativas estão especificadas em outras variações patrimoniais diminutivas, no valor de R\$ 204.547.161,41 que se trata de ajuste de encerramento do exercício para as provisões matemáticas previdenciárias conforme Cálculo Atuarial, e também no valor de R\$ 24.248.112,96, que são as despesas com benefícios previdenciários de aposentadoria pensão.

O Resultado Patrimonial do Período de R\$ (93.964.747,52) é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 136.791.539,61 e as Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 230.756.287,13).

6.3. Inventário geral analítico

Os valores constantes no inventário geral analítico de 31/12/2023 guarda paridade com as demonstrações contábeis, sendo que todos os valores constantes no inventário geral analítico podem ser comprovados através do extrato, conciliação, declaração, carga patrimonial, certidão, e outros documentos hábeis.

7. ANÁLISE DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

Apresenta-se o demonstrativo de Restos a Pagar no exercício.

Quadro 9 – Demonstrativo de Restos a Pagar inscritos em 2023

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO 2023	
Restos a Pagar	Saldo (R\$)
Processados	35.519,73
Não Processados	4.100,00
Total	39.619,73

FONTE: Memorial de Restos a Pagar – Sistema Contábil Betha – 2023

Conforme demonstrativo de execução de Restos a Pagar, pode ser observado um saldo de R\$ 39.619,73 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, referente as despesas com o Comercial Jorc LTDA, Chá de Casa Nova Mariana LTDA, Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários, OI S/a, Companhia Itabirana de

Telecomunicações LTDA, Cleusa da Silva Gomes, DATAPREV S/A e Secretaria da Receita Federal do Brasil/PASEP).

8. AVALIAÇÃO DO DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS

No que se refere a despesas pagas a títulos de obrigações patronais, verificou-se que houve detalhamento da composição das despesas pagas com especificação dos valores repassados ao RGPS e ao RPPS. Considerando que o IPREV Mariana possui um quadro de apenas servidores efetivos, o recolhimento ao RGPS se deu por conta apenas dos prestadores de serviços, pessoa física.

9. INFORMAÇÃO DO VALOR DE DÉFICIT DO RPPS

Importante ressaltar que o IPREV MARIANA não possui dívidas.

A avaliação atuarial do exercício de 2023, realizada pela Sr. Leonardo Ferreira Stelmo – MIBA nº 3646 revelou que o plano de benefícios previdenciários do IPREV MARIANA apurou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ (708.553.093,09).

Nesse sentido, a partir do resultado apurado na avaliação atuarial realizada em 2023, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto **apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial.**

Quadro 10 – Balanço Atuarial

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	AV. ATUARIAL 2023
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ -292.752.470,10
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ -707.024.893,95
(=) Reserva Matemática (RMBaC + RMBC)	R\$ -999.777.364,05
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 291.224.270,96
(+) Plano de Amortização	R\$ 0,00
(=) RESERVA A AMORTIZAR	R\$ -708.553.093,09

FONTE: Avaliação Atuarial 2023

Para sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto, depreende-se a necessidade de revisão no plano de custeio vigente; de adequação da legislação Municipal quanto às alterações determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (reforma da previdência), no que couber; bem como às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente no que diz respeito à atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e os estudos complementares necessários à boa prática atuarial, conforme alternativas apresentadas no relatório de avaliação atuarial de 2023.

10. CERTIFICAÇÃO A CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS E CRÉDITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO COM AS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA APRESENTADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO

Verificou-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do ente municipal.

11. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o estudo no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população coberta pelo Plano, como taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperada para os investimentos, crescimento salarial, entre outras.

Os regimes de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser organizados baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

O Ministério da Previdência Social editou a Portaria MPS 1.467/2022 dispondo sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS que deverão ser elaboradas anualmente.

A Avaliação atuarial do IPREV Mariana no exercício de 2023, foi elaborado pela empresa contratada, FAC Gestão Atuarial LTDA, tendo como responsável pela elaboração da avaliação o atuário Leonardo Ferreira Stelmo, devidamente registrado no MIBA nº 3646.

A análise atuarial se faz necessária para qualificação das obrigações previdenciárias do Plano de Benefícios, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigie o equilíbrio e a perenidade do Regime Próprio de Previdência Social.

As informações sobre os resultados da Avaliação Atuarial de 2023 constam no item 9 desse relatório.

12. INFORMAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO AOS ARTS. 71 E 81 DA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana – IPREV MARIANA, autarquia pública municipal, é responsável pela gestão do RPPS, possuindo personalidade jurídica, patrimônio, receitas, gestão administrativa, contábil e financeira próprias.

Conforme portaria MTP nº 1.467/2022:

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º. A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

Existe no município, apenas um regime próprio de previdência social dos servidores públicos, bem como apenas uma Unidade Gestora do respectivo regime, conforme disposto no art. 71 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Ainda com relação à referida Portaria, torna-se relevante destacar os itens abaixo:

Art. 81. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou aos fundos previdenciários, inclusive os créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei no 9.796, de 05 de maio de 1999.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo somente deverão ser utilizados para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte,

para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira disciplinada na Lei no 9.796, de 05 de maio de 1999.

Os recursos previdenciários do RPPS são utilizados exclusivamente para pagamento dos benefícios previdenciários (Aposentadoria e Pensão por morte) e para Taxa de Administração, conforme determina o art. 81 § 1º da Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Lei Complementar Municipal nº 199/2020.

13. INFORMAÇÕES SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS SEGURADOS DO RPPS

No exercício de 2021 houve registro de atualização da base cadastral dos segurados do RPPS. Evidencia-se que o recadastramento foi programado para ocorrer entre os dias 01 a 30 de setembro de 2021, regulamentado pelo Decreto no 10.629 de 23 de agosto de 2021. Contudo, considerando a baixa adesão dos segurados quanto a realização da atualização cadastral, através de registro formalizado pela Diretora Previdenciária do IPREV Mariana, **verificou-se que o prazo para realização do Censo Previdenciário foi estendido para o exercício de 2022.**

No exercício de 2023 o instituto realizou a Prova de Vida dos servidores inativos - aposentados e pensionistas, conforme determina a Portaria nº 101 de 31 de outubro de 2019, **que estabeleceu que a prova de vida dos aposentados e pensionistas do Instituto será realizada anualmente no mês de dezembro de cada ano vigente.**

Os cadastros dos segurados do RPPS, além de constar na base de dados do sistema que atende o Instituto de Previdência e pastas físicas nos arquivos do Instituto, também estão armazenados nos respectivos Entes (Prefeitura, SAAE IPREV e Câmara Municipal).

14. IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL CONTRIBUTIVO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO

O percentual de contribuição dos servidores ativos é de 14% e a contribuição dos inativos/pensionistas é de 14% sobre o valor que ultrapassa o teto do Regime Geral de Previdência Social. A contribuição patronal equivale a 15,90% (alíquota normal), acrescida de 7,95% (alíquota suplementar no ano de 2023).

No exercício de 2023, verificou-se um total de 499 (quatrocentos e noventa e nove) benefícios de aposentadoria e 62 (sessenta e dois) benefícios de pensão por morte.

15. PLANO DE AMORTIZAÇÃO

O município de Mariana através da Lei Complementar nº 172/2017, estabeleceu um Plano de Amortização para equacionamento do Déficit Técnico Atuarial.

Considerando que o Plano de Benefícios a época encontrava-se deficitário, apesar da estabilidade do Regime Próprio de Previdência no período, foram propostas alternativas de custeio que prestigiassem o equilíbrio e a perenidade do sistema, de forma a equacionar o déficit técnico atuarial a descoberto por meio da utilização do financiamento exponencial do custo suplementar ou por aporte periódico de recurso apurados no cálculo atuarial, ambos de responsabilidade exclusiva do ente, conforme demonstrativo abaixo.

É importante ressaltar que foi apurado novo Plano de Amortização, através da Avaliação Atuarial de 2023. Contudo, o novo Plano não foi transformado em lei pelo Executivo Municipal. Desta forma, ainda prevalece o Plano de Amortização definido pela Lei Complementar Municipal nº 172/2017.

Para sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios do IPREV Mariana, conforme alternativas apresentadas no relatório de avaliação atuarial de 2023, faz-se necessário a revisão do plano de custeio vigente; adequação da legislação Municipal quanto às alterações recomendadas e/ou determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da previdência), no que couber; bem como às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normas aplicáveis.

Quadro 11 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial vigente conforme LC 172/2017.

Financiamento do Déficit Técnico Atuarial

ANO	SALDO INICIAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL	% DA FOLHA DE SALÁRIOS
2018	127.870.308,80	3.593.728,22	131.733.175,42	4,88%
2019	131.733.175,42	4.083.373,69	135.308.789,84	5,49%
2020	135.308.789,84	4.589.964,91	138.561.954,42	6,11%
2021	138.561.954,42	5.098.692,28	141.471.057,87	6,72%
2022	141.471.057,87	5.617.135,20	144.005.158,03	7,33%
2023	144.005.158,03	6.153.176,96	146.123.099,93	7,95%
2024	146.123.099,93	6.691.560,59	147.797.431,70	8,56%
2025	147.797.431,70	7.240.096,58	148.990.775,22	9,17%
2026	148.990.775,22	7.798.934,14	149.663.351,55	9,78%
2027	149.663.351,55	8.376.278,54	149.764.297,39	10,40%
2028	149.764.297,39	8.956.255,29	149.256.524,63	11,01%
2029	149.256.524,63	9.546.993,95	148.092.102,52	11,62%
2030	148.092.102,52	10.156.949,91	146.211.261,76	12,24%
2031	146.211.261,76	10.769.769,15	143.567.982,17	12,85%
2032	143.567.982,17	11.393.829,08	140.104.602,27	13,46%
2033	140.104.602,27	12.037.842,84	135.750.765,00	14,08%
2034	135.750.765,00	12.684.962,39	130.449.750,76	14,69%
2035	130.449.750,76	13.343.820,54	124.132.286,03	15,30%
2036	124.132.286,03	14.023.396,03	116.715.423,40	15,92%
2037	116.715.423,40	14.706.331,90	108.129.637,00	16,53%
2038	108.129.637,00	15.401.524,14	98.291.799,63	17,14%
2039	98.291.799,63	16.118.225,17	87.103.988,93	17,76%
2040	87.103.988,93	16.838.553,73	74.481.361,31	18,37%
2041	74.481.361,31	17.571.677,05	60.324.265,32	18,98%
2042	60.324.265,32	18.317.778,97	44.526.875,54	19,59%
2043	44.526.875,54	19.086.489,85	26.966.808,83	20,21%
2044	26.966.808,83	19.859.204,64	7.534.060,44	20,82%
2045	7.534.060,44	20.645.465,08	0,00	21,43%

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial 2023

16. COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SOBRE APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO RPPS

Em atendimento ao disposto na resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021 e suas alterações, Portaria 1.467/2022 e demais normas aplicáveis, os recursos do RPPS estão aplicados nas Instituições Financeiras conforme demonstrado abaixo.

Quadro 12 – Demonstrativo de aplicações

**CRÉDITO
& MERCADO**

 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA
 Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 29/12/2023

Carteira consolidada de investimentos - base (Dezembro / 2023)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
TÍTULOS PÚBLICOS			112.211.052,06	32,04%		0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDE...	D+1	Não há	13.296.149,04	3,80%	884	0,23%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVI...	D+0	Não há	1.595.733,99	0,46%	1.141	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDE...	D+0	15/08/2022	1.913.026,81	0,55%	31	1,53%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI RENDA FIXA REFERENCIAD...	D+0	Não há	21.302.882,24	6,08%	677	0,20%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI...	D+0	16/08/2024	933.856,75	0,27%	105	0,19%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RE...	D+0	Não há	732.975,26	0,21%	850	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	28.090.945,17	8,02%	1.190	0,33%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX...	D+0	Não há	39.481.694,87	11,27%	445	1,68%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	D+1	Não há	13.300.584,93	3,80%	90	0,89%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+1	Não há	30.296.353,73	8,65%	40	3,38%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDE...	D+0	Não há	12.817.555,02	3,66%	1.133	0,08%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIX...	D+1	Não há	39.013.056,97	11,14%	224	1,65%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA R...	D+0	Não há	35.257.377,39	10,07%	458	1,26%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
Total para cálculo dos limites da Resolução			350.243.244,23				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			354,78				Artigo 6º
PL Total			350.243.599,01				

FONTE: Demonstrativo da posição de investimentos – Relatório de Investimentos dez/2023- Crédito & Mercado

No encerramento do exercício de 2023 o patrimônio financeiro conforme demonstrado no relatório de investimentos e extratos bancários totalizaram o valor de **R\$ 350.243.599,01 (Trezentos e cinquenta milhões, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e nove reais e um centavo).**

Ressalta-se que as informações dos investimentos também estão disponíveis no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, no sistema CADPREV da Secretaria de Previdência Social.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução orçamentária e contábil, no que diz respeito às contas do Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mariana – IPREV Mariana, durante o exercício econômico e financeiro de 2023, representa adequadamente, em seus valores, a posição patrimonial, financeira e atuarial em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados, estando,

portanto, as contas anuais referentes ao exercício de 2023 em condições de serem submetidas à apreciação deste Tribunal de Contas.

Por fim, salienta-se que o Controle Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana-IPREV Mariana possui instituído um Plano Anual de Atividades e que dentro dessas atividades, além do relatório anual de prestação de contas, está a elaboração de relatório mensal de acompanhamento das áreas do RPPS.

É o parecer do Controle Interno, referentes às Contas do Exercício de 2023.

Mariana, 20 de março de 2024.

Diego da Silva Carioca
Controlador Interno
IPREV Mariana